

# DPE-PR

**Cargo -**  
Contabilidade



**Editais verticalizados**

Defensoria Pública do Estado do Paraná

 O que cai  
**na prova**

.....

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA (5 questões)

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
  - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
  - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfosintática do período.
  - 5.1 Emprego das classes de palavras.
  - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
  - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
  - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
  - 5.5 Concordância verbal e nominal.
  - 5.6 Regência verbal e nominal.
  - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
  - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
  - 6.1 Significação das palavras.
  - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
  - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
  - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

### RACIOCÍNIO LÓGICO (5 questões)

- Princípio da Regressão ou Reversão.
- Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa.
- Lógica matemática qualitativa.
- Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras.
- Regra de três simples e compostas. Razões especiais.

Análise combinatória e probabilidade.

Progressões aritmética e geométrica.

Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença.

Equações de 1º e 2º grau. Inequações de 1º e 2º grau.

Matrizes determinantes e sistemas lineares. Polinômios.

Argumentação e estrutura de argumentação: premissas, pressupostos, conclusões, teses, relações lógicas, estruturas retóricas.

Expansão de argumentos: admissibilidade, enfraquecimento e fortalecimento de ideias, inferência, geração de hipóteses, indução, dedução. (In)coerência: significados de falácias, contradições, lacunas, (in)consistência.

## **CONHECIMENTOS SOBRE A LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO ESTATUTO DOS SERVIDORES DA DPE/PR (5 questões)**

1 Lei Complementar Estadual nº. 136, de 19 de maio de 2011: Estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

2 Lei Estadual nº. 20.857, de 7 de dezembro de 2021: Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

## **CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL (10 questões)**

1. Constituição Federal de 1988: 1.1. Dos Princípios Fundamentais.

1.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 1.3. Dos direitos sociais

1.4. Da Organização do Estado.

1.5. Da Administração Pública.

1.6. Da Organização dos Poderes.

1.7. Da Ordem Social.

1.8. A Defensoria Pública na Constituição de 1988.

1.9 Direito das minorias e políticas afirmativas.

1.10 Igualdade de gênero.

2. Direito Administrativo: 2.1. Regime Jurídico Administrativo: 2.1.1. Regime público e privado na Administração Pública; 2.1.2. Regime jurídico administrativo;

2.1.3. princípios da Administração Pública;

2.1.4. Poderes da Administração.

2.2. Atos Administrativos: 2.2.1. Fatos e atos da Administração; 2.2.2. atributos e elementos; 2.2.3. Discricionariedade e vinculação; espécies de atos administrativos; 2.2.4. Extinção de atos administrativos.

2.3. Serviços públicos: 2.3.1. conceito; 2.3.2. Elemento subjetivo, formal e material da definição de serviço público.

2.4. Processo Administrativo: 2.4.1. Processo e procedimento;

2.4.2. Princípios dos processos administrativos.

2.5. Controle da Administração Pública: 2.5.1. Controle Interno; 2.5.2. Controle Externo; 2.5.3. Controle Social.

3. Lei da improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992).

4. Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. 4.1. Dos Princípios. 4.2. Das Definições. 4.3. Das Modalidades, Limites e Dispensa. 4.4. Dos Contratos.

5. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação.

6. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados.

## **CONHECIMENTOS GERAIS (5 Questões)**

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (20 Questões)

### CONTABILIDADE

#### 1. Normas Aplicadas à Contabilidade (CFC):

- 1.1. Ética e normas de conduta dos profissionais da contabilidade.
- 1.2. Princípios Fundamentais.
- 1.3. Princípios Fundamentais sob a Perspectiva do Setor Público.
- 1.4. Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis.
- 1.5. Normas aplicadas ao Setor Público.
- 1.6. Normas aplicadas à Auditoria e à Perícia Contábil.

#### 2. Legislação Específica:

- 2.1. LRF - Lei Complementar Federal nº 101/2000.
- 2.2. Lei Federal nº 4.320/1964.
- 2.3. Lei Complementar Estadual – PR nº 136/2011 (Título VI).
- 2.4. Instruções Normativas do TCE-PR (nº 93/2013; nº 102/2014).

#### 3. Contabilidade Geral:

- 3.1. Teoria Contábil.
- 3.2. Mensuração de Ativos e Passivos.
- 3.3. Estoques.
- 3.4. Imobilizado e Intangível.
- 3.5. Análise das Demonstrações Contábeis.
- 3.6. Terminologia contábil de custos.
- 3.7. Custeio por Absorção.
- 3.8. Custeio baseado em atividades (custeio ABC).

#### 4. Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

- 4.1. Procedimentos Contábeis Orçamentários.
- 4.2. Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

- 4.3. Procedimentos Contábeis Específicos.
- 4.4. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- 4.5. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.
- 4.6. Demonstrativos Fiscais (LRF).

## **5. Administração Financeira e Orçamentária:**

- 5.1. Princípios Orçamentários.
- 5.2. Orçamento Público.
- 5.3. Orçamento-Programa.
- 5.4. Proposta orçamentária: elaboração, discussão, votação e aprovação.
- 5.5. Regime Orçamentário.
- 5.6. Lei Orçamentária Anual.
- 5.7. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- 5.8. Plano Plurianual (PPA).
- 5.9. Ciclo Orçamentário.
- 5.10. Receita Pública.
- 5.11. Despesa Pública.
- 5.12. Estágios da Despesa.
- 5.13. Créditos Adicionais.
- 5.14. Restos a pagar.
- 5.15. Despesas de Exercícios Anteriores.
- 5.16. Suprimento de Fundos.
- 5.17. Transferência e Descentralização.
- 5.18. Controles Interno, Externo e Social.

## **6. Auditoria:**

- 6.1. Princípios e normas.
- 6.2. Ética Profissional.
- 6.3. Responsabilidade do auditor.
- 6.4. Procedimentos e técnicas de trabalho.

6.5. Meios de prova: exames, testes, amostragens, estabelecimento de relevância, eventos subsequentes, confirmações com terceiros e papéis de trabalho.

6.6. Diferenças entre Auditoria Externa e Interna.

6.7. Auditoria Interna: Conceito, funções, objetivos e atribuições.

6.8. Avaliação dos controles internos, revisão analítica, conferência de cálculos, inspeção de documentos, programas de trabalho, segregação de funções, análise do custo dos controles x benefícios, confronto dos ativos com os registros contábeis e auxiliares e acompanhamento de inventários.

6.9. Relatórios e Pareceres de Auditoria – tipos, formas e aplicações.

## **7. Matemática financeira:**

7.1. Juros simples e compostos: capitalização e desconto.

7.2. Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalente, real e aparente.

7.3. Rendas uniformes e variáveis.

7.4. Planos de amortização de empréstimos e financiamentos.

7.5. Cálculo financeiro: custo real de operações de financiamento, empréstimo e investimentos.

8. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 - Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped.

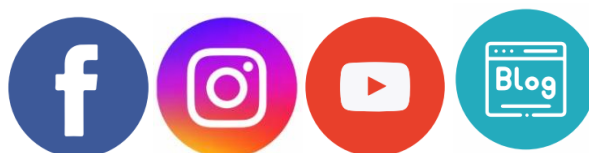
9. Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022 - Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

10. Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 - Dispõe sobre a retenção de tributos incidentes sobre pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias, fundações, empresas públicas federais, sociedades de economia mista e demais entidades que menciona, e pelos órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações.

11. Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

## CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



**BONS ESTUDOS!**